

Razões políticas vencem o rigor da Constituição

LEDA FLORA

A candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara dos Deputados nasceu e acabou vitória pela convicção inicial de um grupo do PMDB que enxergou a perspectiva de domínio do partido na Assembleia Nacional Constituinte e, de quebra, o fortalecimento do Poder Legislativo como um todo. Como símbolo andante da resistência durante os anos de autoritarismo, Ulysses credenciou-se naturalmente para acumular as duas presidências, apesar das pressões recebidas.

Mas por uma óbvia questão de marketing político, em nenhum momento os articuladores de sua campanha tocaram de maneira aberta no ponto fundamental. E o currículo de Ulysses Guimarães facilitou bastante o trabalho, a ponto de a inconstitucionalidade da sua recondução à direção da Câmara, bastante questionada, ter sido ultrapassada por razões apenas políticas.

O próprio Ulysses Guimarães, ao ser indagado dos motivos da vitória, afirmou que, acima dele, ganhara a tese segundo a qual todo o instrumental logístico, os funcionários e até o orçamento devem ficar a serviço da Constituinte e, com um só presidente, a unificação ficaria bastante facilitada. Este foi um dos argumentos principais da campanha.

Outras razões se somaram. O líder do PDS, deputado Amaral Neto, assegurou que 29 dos 33 deputados de sua bancada optaram por Ulysses Guimarães porque o PMDB abriu espaço para o partido na Mesa, "onde um fiscal é indispensável". Além do cargo, Amaral Neto revelou que o PDS só olhou o lado político e sequer discutiu o aspecto jurídico formal da candidatura. Ele disse também que o Legislativo se fortalece com a vitória.

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) lembrou uma circunstância que acabou levando os novos deputados peemedebistas a optar por Ulysses Guimarães, a dificuldade de, no primeiro voto depois de instalada a Assembleia, ficar contra ele, o presidente do partido, um mito para muitos: "Seria uma complicação muito difícil votar contra".

Mas os novos deputados tiveram outras razões: o temor por uma crise partidária no caso de derrota, o enfraquecimento do PMDB nas negociações com o governo, o aspecto de dissidência que marcou a campanha do deputado Fernando Lyra. Por outro lado, Ulysses Guimarães prometeu aos novos atendê-los na reivindicação de fazer a Constituinte preponderar amplamente sobre os trabalhos da Câmara e, como havia tentado sinceramente isso no ano passa-

do, embora sem êxito, fechou seus negócios com o grupo.

O PFL, com uma bancada de 24 deputados, pretendia votar em bloco contra Ulysses Guimarães, mas não conseguiu. Quatro fugiram do coro — Bocaliúva Cunha, Roberto D'Ávila, César Maia e Vivaldo Frota, todos do Rio de Janeiro — os dois últimos ex-secretários do governador Leonel Brizola, que por sinal não se envolveu na questão.

Ao comentar a vitória de Ulysses Guimarães, Roberto D'Ávila talvez tenha explicado a posição do grupo minoritário pedetista: "Eu acompanho o doutor Ulysses há anos e fico feliz. É a garantia de um democrata na presidência da Câmara, merece todo o respeito e facilitará o trabalho constituinte". O deputado lembrou também que, na eleição, estava em jogo a vice-presidência da República, assinalando: "Num momento de crise ou de instabilidade, ele será a pessoa mais adequada pela confiança que a Nação nele deposita, até mesmo seus setores progressistas".

No PFL, os votos dados a Ulysses Guimarães não foram tão expressivos e, proporcionalmente, há indícios de que dos partidos maiores, foi o menos sensibilizado pela candidatura. Mas pesou para os liberais a declarada posição do presidente José Sarney favorável ao presidente nacional do PMDB e o bom espaço nos cargos da Mesa. Por uma questão de compromisso, o líder José Lourenço arregaçou as mangas por Ulysses Guimarães.

O comportamento dividido do PFL deveu-se a uma rivalidade natural com o PMDB, pois ambos integram a Aliança Democrática, embora o partido de Ulysses Guimarães tenha maior expressão política e numérica. Assim, com o fortalecimento político do deputado paulista, os liberais acabam descendo mais um degrau. Daí o voto favorável mais na base da pressão e da composição em torno dos cargos de Mesa.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, informou que a tendência pró-Ulysses se deveu ao espaço reservado ao partido da Mesa. Afirmou que razões políticas deveriam levar à posição contrária à acumulação das presidências da Câmara e da Constituinte, mas se curvou ao realismo. Ele observou que o deputado Fernando Lyra não compôs uma chapa interpartidária.

Com a vitória de Ulysses fica também fortalecido um pequeno grupo de deputados aos quais delega competência para algumas missões e mantém relações mais próximas: Pimenta da Veiga (MG), Euclides Scalco (PR) e Heráclito Fortes (PI). Entre os novos, o nome mais destacado é o de Bernardo Cabral (AM).